

Constituição garante mais US\$ 1 bilhão ao Nordeste

RECIFE — O Nordeste descobriu agora que ganhou muito com a nova Constituição. Um estudo realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) constatou que a região — que abriga 30% da população brasileira, mais de 50% dos analfabetos do país, quase metade dos que ganham menos de um salário mínimo e dois terços dos trabalhadores brasileiros com deficiência calórica — vai ser beneficiada com US\$ 1 bilhão 382 milhões e 700 mil (cerca de Cz\$ 700 bilhões, ao câmbio oficial), nos próximos três anos.

O Artigo 159 da nova Carta, que dispõe sobre a aplicação de recursos do imposto sobre a renda, proventos de qualquer natureza e impostos sobre produtos industrializados, determina que 3% dessa receita sejam destinados a financiamentos do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que 50% da quantia devem ser aplicados exclusivamente no semi-árido nordestino. Isso significa que a União vai aumentar de 20% para 31,2% os recursos destinados ao Nordeste.

De acordo com o critério populacional estabelecido pela nova Carta, caberá ainda ao Nordeste um investimento das empresas estatais na ordem de 29%, já que a região abriga aproximadamente 30% da população brasileira.

Motivo de polêmica entre os governadores da região — durante a votação eles chegaram a confundir os ganhos com a Operação Desmonte —, as conquistas nordestinas, por constarem da nova Carta, chegarão à região independente da vontade de quem governa o país, fato que, por si só, já é considerado também uma vitória. “Afinal, até agora não havia um percentual estabelecido para se destinar recursos à região e, a partir da nova Constituição, os recursos virão obrigatoriamente”, afirmou Fernando José.

Para se ter uma idéia do que a Constituição representa para o Nordeste, basta dizer

que até hoje a média de investimentos federais na região foi de 9% e, nos últimos 20 anos, jamais chegou a 16%. Os maiores ganhos, contudo, estão nas modificações do orçamento e tributação onde estimativas com base no PIB deste ano (US\$ 300 bilhões) indicam que a região poderá ter um acréscimo de até US\$ 1 bilhão 382 milhões e 700 mil com um ganho real em relação às transferências atuais de pelo menos 31,2%. Por estas estimativas, e levando em conta os novos dispositivos constitucionais, os estados nordestinos terão um crescimento de suas receitas no Fundo de Participação dos Estados (FPE) elevados de 14% para 21,5%, o que significa dizer um aumento de transferências de US\$ 615 milhões (cerca de Cz\$ 413 bilhões, no câmbio oficial) a mais em relação a este ano.

O mesmo acontecerá com o Fundo de Participação dos Municípios, onde os municípios do Nordeste têm agora direito a 36,24% dos recursos totais disponíveis e terão já ano que vem cerca de US\$ 388 milhões (cerca de Cz\$ 262 bilhões) a mais. Já os impostos únicos que incidem sobre energia, minerais, transportes, comunicações, combustíveis e lubrificantes vão gerar uma receita estimada em US\$ 82,2 milhões (cerca de Cz\$ 55 bilhões).

Outra grande conquista refere-se à regionalização do orçamento fiscal da União e das estatais, segundo critério populacional e num prazo de 10 anos, com base no exercício 86/87. Atualmente, as estatais destinam apenas 9% dos seus investimentos ao Nordeste e serão obrigadas a partir de 89 a investir 29%, considerando-se o critério populacional. Com isso, os US\$ 2,7 bilhões (cerca de Cz\$ 1 trilhão) investidos anualmente passarão para US\$ 8,7 bilhões (cerca de Cz\$ 5 trilhões), com uma ressalva: o investimento das estatais na região depende da atuação dos parlamentares nordestinos, que terão de elaborar leis ordinárias e complementares para regulamentar a medida.